

Políticas educacionais e escola pública:

**Questões globais e desafios para
as redes de ensino locais**



Susana Schneid Scherer
(Organizadora)

 **Atena**
Editora
Ano 2021

Políticas educacionais e escola pública:

**Questões globais e desafios para
as redes de ensino locais**



Susana Schneid Scherer
(Organizadora)

 **Atena**
Editora
Ano 2021

Editora Chefe

Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

iStock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof^a Dr^a Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant'Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^a Dr^a Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luís Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Cândido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^a Dr^a Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof^a Dr^a Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof^a Dr^a Diocléia Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágnor Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Prof^a Dr^a Gílrene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof^a Dr^a Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Prof^a Dr^a Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof^a Dr^a Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Prof^a Dr^a Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof^a Dr^a Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Prof^a Dr^a Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof^a Dr^a Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Prof^a Dr^a Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Prof^a Dr^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof^a Dr^a Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof^a Dr^a Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Prof^a Dr^a Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Prof^a Dr^a Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof^a Dr^a Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Prof^a Dr^a Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Prof^a Dr^a Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Prof^a Dr^a Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Prof^a Dr^a Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí
Prof^a Dr^a Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof^a Dr^a Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Elio Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof^a Dr^a Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalo de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico científico

Prof. Me. Abrão Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoletti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará

Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrião – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krah – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Prof. Me. Marcos Roberto Gregolin – Agência de Desenvolvimento Regional do Extremo Oeste do Paraná
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Dr. Sulivan Pereira Dantas – Prefeitura Municipal de Fortaleza
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Universidade Estadual do Ceará
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECCL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Políticas educacionais e escola pública: questões globais e desafios para as redes de ensino locais

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Maiara Ferreira
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os autores
Organizadora: Susana Schneid Scherer

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P769 Políticas educacionais e escola pública: questões globais e desafios para as redes de ensino locais / Organizadora Susana Schneid Scherer. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-228-6

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.286211607>

1. Escola pública. 2. Professor. 3. Aluno. I. Scherer, Susana Schneid (Organizadora). II. Título.

CDD 371.01

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declararam que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de e-commerce, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

A coletânea As políticas educacionais e escola pública: questões globais e desafios para as redes de ensino locais é uma obra que tem o objetivo principal de discutir trabalhos no escopo das políticas educacionais e da escola pública, relacionando questões globais e sociais desafiando as escolas, professores e alunos que vivem a realidade educativa.

A obra visa mostrar as relações entre circunstâncias sociais e os programas educacionais, as práticas pedagógicas, as formas escolares como currículo, conteúdos, modelos educacionais e de professores em cena.

De tal maneira, os trabalhos que ora seguem apresentam em sua particularidade visões, reflexões e diferentes análises sobre a escola pública brasileira. São debatidos conceitos e a materialização da ideia de democracia no país, bem como a expressão na educação nacional das políticas públicas, enquanto atividade do Estado. É expressa a preocupação com os resultados educacionais e de indicadores de desempenhos e de atores privados e empresariais, e de fora da área educacional, presentes na educação brasileira.

Outros estudos apresentam um olhar para outras práticas pedagógicas, currículos, programas de formação docente, e ações que tem como cerne a realidade escolar, evidenciando preocupações com uma formação ampliada, crítica e que tenha o desenvolvimento estudantil. É analisado o importante papel de atividades e conteúdos tais que música, jogos, interdisciplinaridade, debates reflexivos sobre justiça e questões sociais mais amplas na formação escolar.

Assim sendo, reconhece-se que os estudos que compõem essa obra compartilham de um mesmo compromisso que é o de pensar as políticas educacionais nacionais e refletir sobre seu papel no que tange a construção de uma escola pública de qualidade social, referenciada pelos interesses e motivações populares. São valiosas e imprescindíveis leituras e reflexões a serem consideradas por pesquisadores e pessoas que buscam pensar a educação brasileira.

Susana Schneid Scherer

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1.....	1
GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS	
Jerry Wendell Rocha Salazar	
Nelcir Francisca da Silva	
Luiz Carlos Rodrigues da Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.2862116071	
CAPÍTULO 2.....	12
POLÍTICAS PÚBLICAS: EVOLUÇÃO E IMPACTO NA LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL	
Sami Eduardo José Schinasi	
Ana Claudia Carelle	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.2862116072	
CAPÍTULO 3.....	21
COLÉGIO ESTADUAL WALDEMIRO PITTA: RESULTADOS EDUCACIONAIS ENTRE OS ANOS 2009 E 2012	
Tamara Cecília Rangel Gomes	
Ethmar Vieira de Andrade Filho	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.2862116073	
CAPÍTULO 4.....	32
INSTITUTO AYRTON SENNA E O PROGRAMA EDUCACIONAL PAULISTA INOVA (2020): REFORMA EMPRESARIAL	
Rodrigo Pereira da Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.2862116074	
CAPÍTULO 5.....	44
O CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO DA UFPA/CINTINS DO MUNICÍPIO DE CAMETÁ-PA: O VER E O SENTIR O CURRÍCULO E A VIDA NOS PROCESSOS FORMATIVOS	
Edilena Maria Corrêa	
Joelma de Jesus Dias Leão	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.2862116075	
CAPÍTULO 6.....	53
A INFLUÊNCIA DA MUSICALIZAÇÃO NA FORMAÇÃO DAS CRIANÇAS EM UM CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY/ES	
Jocileia Monteiro	
Désirée Gonçalves Raggi	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.2862116076	

CAPÍTULO 7.....66

CONTRIBUIÇÕES DOS JOGOS E BRINCADEIRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL NO
BRASIL: UMA REVISÃO NARRATIVA

Dalvina Costa Fontana

Delcenir Porto Costalonga

Alicia Real Tuão

Luzinete de Freitas Cândido Kaiser

Débora de Freitas Feliciano

Edmar Reis Thiengo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2862116077>

CAPÍTULO 8.....79

JULGAMENTO MORAL DE ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO NA SOLUÇÃO DE
DILEMAS DE UM PROCESSO AVALIATIVO

Anderson Arthur Rabello

Fátima de Cássia Oliveira Gomes

Paula de Souza Birchal

Ronaldo Luiz Nagem

Mariana de Lourdes Almeida Vieira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2862116078>

CAPÍTULO 9.....87

REFLEXOS DO PIBID NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM HUMAITÁ-AM

Renne Garcia Paiva

Ana Verônica Silva do Nascimento

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2862116079>

CAPÍTULO 10.....93

O PIBID NA ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL: UM ESTUDO DE CASO

Maria de Fátima Mendes Paixão

Suzana Modesto de Oliveira Brito

Heiddy Marques Alvarez

Iranéia Ferreira Leite

Kleber Villas Boas Fernandes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.28621160710>

CAPÍTULO 11.....106

AS MANIFESTAÇÕES DA QUESTÃO SOCIAL NO COLÉGIO ESTADUAL GOVERNADOR
ROBERTO SANTOS EM SALVADOR (BA)

Tatiane Cardoso Pereira

Maria Leolina Pereira dos Santos

Adriana Freire Pereira Férriz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.28621160711>

SOBRE A ORGANIZADORA.....119**ÍNDICE REMISSIVO.....120**

CAPÍTULO 1

GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Data de aceite: 01/07/2021

Jerry Wendell Rocha Salazar

Universidade Federal do Maranhão – UFMA
São Luís-MA

Nelcir Francisca da Silva

Universidade Federal do Maranhão – UFMA
São Luís-MA

Luiz Carlos Rodrigues da Silva

Universidade Autónoma de Asunción – UAA
Barra do Corda-MA

RESUMO: A partir da implementação da LDB 9.394/96 surgiram novas perspectivas e desafios para a educação brasileira, sobretudo, no que se refere à forma de gestão assumida pelas escolas públicas, em razão da lei ter possibilitado a fundamentação uma nova forma de gerenciar as instituições públicas de ensino, isto é, sob a égide da participação democrática de todos os atores escolares, em outros termo, isto implica que uma gestão democrática é aquela que está pautada na democracia, sobre a qual a tomada de decisão é partilhada por toda comunidade escolar. Fundamentado em fontes bibliográficas tais como Libâneo (2008), Paro (2007) e Oliveira (2002,2005), tem por objetivo analisar a gestão democrática como processo transformador da realidade, e entender essa prática e seus condicionantes, como mecanismo que promove a interação entre a escola e a comunidade, identificando possíveis caminhos a percorrer

rumo a uma gestão democrática.

PALAVRAS - CHAVE: Gestão democrática. Gestão escolar. Participação.

DEMOCRATIC SCHOOL MANAGEMENT: CHALLENGE AND PERSPECTIVES

ABSTRACT: From the implementation of LDB 9.394 / 96, new perspectives and challenges for Brazilian education arose, especially with regard to the form of management assumed by public schools, as the law made it possible to establish a new way of managing public institutions. of teaching, that is, under the aegis of the democratic participation of all school actors, in other words, this implies that a democratic management is one that is guided by democracy, on which decision-making is shared by the entire school community. Based on bibliographic sources such as Libâneo (2008), Paro (2007) and Oliveira (2002,2005), it aims to analyze democratic management as a process that transforms reality, and to understand this practice and its conditions, as a mechanism that promotes interaction between the school and the community, identifying possible ways to go towards democratic management

KEYWORDS: Democratic management. School management. Participation..

1 | INTRODUÇÃO

As mudanças que vem ocorrendo no mundo do trabalho, fruto da restruturação produtiva do Capital tem influenciado, sobremaneira, as relações sociais, políticas, econômicas e culturais nas sociedades

contemporâneas. Entretanto, é preciso perceber que no processo de reordenação da administração pública como um todo e, por conseguinte a administração escolar, essas mudanças também são notadas.

Nesse sentido, temas como democracia e participação têm sido bastante recorrente no âmbito da gestão escolar como forma de aproximar as pessoas ao novo modelo de gestão, antes vista como rígida e agora com maior flexibilidade. Nesse contexto, democracia e participação tornaram-se, embora não seja a gestão a área mais fecunda para situar melhor esta discussão, reservando-se a ciência e teoria política o campo mais propício para este assunto.

Entretanto, este trabalho tem o objetivo de, a partir da teoria política, situar o debate em torno da democracia e da participação, de modo que estas categorias sejam entendidas e apresentadas como fundamentos políticos e bases indispensáveis para o exercício da gestão escolar democrática.

Contudo, se faz necessária uma breve reflexão em torno desses temas para compreender em que sentido estas palavras são aplicadas no cenário da reforma educacional, das novas formas de gestão e como estes significados repercutem nas instituições escolares.

No tocante a este debate, que confere à democracia e à participação um lugar de destaque no âmbito da gestão escolar democrática, o tema democracia quase sempre aparece carregado por contradições, tendo em vista que quando há na escola uma maior participação da comunidade e ampliação dos espaços decisórios, muitas vezes este processo é considerado como resultado de grandes conquistas, visto que esta dimensão, no discurso, se reveste de democratização do processo de gestão. Ao contrário, em uma análise mais atenta sobre a dinâmica do processo de democratização da gestão escolar, pode-se, contudo, considerar as múltiplas determinações que levam a esta democratização, que por vezes pode também ser traduzida como um processo que se viabiliza pela lógica da privatização.

As propostas de participação e democratização da gestão escolar estão associadas tanto ao processo de redemocratização da sociedade brasileira nos anos de 1980 quanto às propostas de reforma para o setor educacional, surgidas a partir do final desta década e sendo posteriormente defendidas como soluções apontadas para superar a ineficiência do Estado e os baixos índices de rendimentos escolares.

2 I DEMOCRACIA: BREVES CONSIDERAÇÕES CONCEITUAIS

O conceito de democracia é resultado de um percurso que vem de longa data. A tradição filosófica da civilização grega, nos deixou como legado os termos *demos* que significa (povo) e *kratos* que significa (poder), formando-se, assim, uma expressão que designa o poder do povo, ideia que ainda hoje continua presente no imaginário e na cultura popular.

Conforme tem demonstrado Wood (2011), o conceito moderno de democracia pertence a uma trajetória histórica diferente, cujo exemplo mais evidente é a experiência anglo-americana. Enquanto que o antigo conceito surge de uma experiência histórica diferente, conferindo status civil único as classes subalternas. Na Grécia antiga, especificamente em Atenas, a democracia era direta, não representativa. No sentido mais literal da palavra, pode-se considerar que o governo era exercido “pelo povo”. Sobre esse aspecto relata Finley (1988, p. 31), que “o comparecimento à assembleia soberana era aberto a todo cidadão, e não havia burocracia ou funcionários públicos, exceto uns poucos escrivários, escravos de propriedade do Estado que faziam registros inevitáveis, como cópias de tratados, leis, listas de contribuintes inadimplentes e similares”.

A alegoria era entendida como o direito universal que todos tinham de falar na assembleia e a decisão tomada era pelo voto da maioria simples daqueles que estivessem presentes. E este conceito é o que mais se distancia de qualquer analogia à democracia liberal moderna.

Sob o seu sistema governamental, “Atenas por quase duzentos anos conseguiu ser o Estado mais próspero, mais poderoso, mais estável, com maior paz interna e culturalmente, de longe, o mais rico de todo o mundo Grego” (FINLEY, 1988, p.35).

Na antiguidade clássica, especificamente no mundo grego, cidadania era o conceito constitutivo da democracia. Após o advento da modernidade e formação do capitalismo, foi possível estabelecer uma democracia apenas formal. Ou seja, “o capitalismo tornou possível conceber uma “democracia formal”, uma forma de igualdade civil coexistente com a desigualdade social e capaz de deixar intocadas as relações econômicas entre a “elite” e a multidão trabalhadora” (WOOD, 2011, p. 184).

Portanto, foram os federalistas vitoriosos nos Estados Unidos que ofereceram ao mundo moderno a sua definição de democracia, uma definição em que a diluição do poder popular constitui o ingrediente mais essencial. Suas ideias foram apresentadas na obra “O Federalista”, escrita por Hamilton, Madison e Jay, como resultado de um conjunto de artigos publicados na imprensa de Nova York em 1788. O principal objetivo da obra era fundamentar o texto constitucional, que se tornaria o mais novo instrumento jurídico e institucional necessário para estreitar a relação entre as treze ex-colônias britânicas após o processo de independência. Na obra mencionada é possível perceber com clareza os fundamentos substantivos e as diferenças de um governo democrático e de um governo representativo.

É com Alexander Hamilton, federalista dos Estados Unidos, que o princípio de “democracia representativa”, - uma ideia sem precedente histórico no mundo antigo, uma inovação norte americana - se projeta e se consolida como modelo legítimo e mais seguro de democracia. Nesta perspectiva, sapateiros e ferreiros são representados por seus superiores sociais. Para Hamilton, é o homem de propriedade que responde politicamente pelo sapateiro e pelo ferreiro.

Madison (1787), afirma que numa democracia pura, um governo não pode admitir um remédio para as ações prejudiciais advindas de pequenos grupos, visto que a maioria de um todo é mais segura por representar os interesses comuns. Portanto, para o autor “as democracias devem mediar conflitos internos e evitar espetáculos gerados pela discórdia.

Em face disso, existem também perigos da decisão por maioria, quando representa ameaça os grupos minoritários privilegiados, a saber, a classe dos possuidores. Assim, Madison entende que se a existência desses grupos é inevitável, o problema passa a ser o de impedir que os interesses ou opiniões presentes na sociedade venha a controlar o poder com vistas à promoção de seus interesses. O maior risco, nesse caso, é que a democracia se degenera em tirania em razão do poder que se confere à maioria. Portanto, Madison sai em defesa de “uma nova espécie de governo popular, uma república representativa, desconhecida na antiguidade e por autores como Montesquieu e Rousseau” (LIMONGI, 2006, p. 253).

Numa República o governo segue o esquema da representação, abrindo uma perspectiva diferente em relação à Democracia pura, pois se compreendermos os fundamentos do que convencionamos chamar de democracia representativa é uma invenção dos corpos políticos dominantes que viria a ser em todas as estruturas do estado liberal moderno um dos elementos mais essenciais.

Tal perspectiva de democracia aparece também no contexto das reformas educacionais no Brasil, particularmente, na gestão da escola pública a partir da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional - LDB 9.394/96.

3 I ORGANIZAÇÃO DAS ESCOLAS SOB O PRINCÍPIO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

As mudanças no mundo do trabalho decorrentes de um processo de reestruturação do capital associadas às transformações político-econômicas mundiais e a mundialização dos mercados, repercutem sobre a gestão escolar e o trabalho docente, uma vez que a escola passa a configurar-se como responsável por preparar os trabalhadores para sua inserção profissional na estrutura produtiva.

De fato, o novo paradigma econômico, os avanços científicos e tecnológicos, a reestruturação do sistema de produção e as mudanças no mundo do conhecimento afetam a organização do trabalho e o perfil dos trabalhadores, repercutindo na qualificação profissional e, por consequência, nos sistemas de ensino e nas escolas (LIBÂNEO, 2008, p. 45).

A organização do trabalho escolar está fundamentada no mundo do trabalho em geral, assim “[...] a escola, tal como existe hoje, está marcada por uma forma específica de organização e que esta reflete a maneira como o trabalho é organizado na sociedade” (OLIVEIRA, 2002, p.131). Em decorrência, uma nova forma de organização e gestão escolar

é suscitada, de modo a atender as mudanças empreendidas no campo educacional.

As reformas educacionais iniciadas na década de 1990 deram centralidade à unidade escolar, considerando a escola como núcleo da gestão dando mais ênfase à escola enquanto espaço para o qual converge a realização dos objetivos e metas educacionais. (OLIVEIRA, 2005)

Na Constituição Federal de 1988, o Artigo 206, Inciso VI, define como um dos princípios da educação nacional a gestão democrática do ensino público e, nesse sentido, incita uma mudança para o sistema de ensino ao utilizar o termo gestão em detrimento de administração, no entendimento de que a administração, que pressupõe controle e centralização, cede lugar à gestão, que compreende os conceitos de coordenação e participação. Cabe destacar que a gestão democrática da escola pública, enquanto princípio constitucional, é resultado de um contexto histórico pós regime militar, no qual a sociedade civil organizada buscou a democratização do Estado e da sociedade.

Oliveira (2005) enfatiza que o processo de regulamentação do Art. 206 da Constituição Federal se transforma numa arena de disputa para diferentes projetos de gestão democrática da educação, com margem para ampla interpretação. Concordamos com a autora, ao afirmar que a definição, no texto constitucional, da gestão democrática não é suficiente para sua efetivação, haja vista que a interpretação que se faz dos termos gestão e democracia varia conforme a concepção dos projetos em disputa.

No contexto das lutas sociais estabelecidas no decurso da década de 1980, os conceitos de participação, autonomia e descentralização refletiam as demandas dos setores progressistas por ampliação da participação popular na gestão das políticas sociais, o que difere bastante do significado destes mesmos conceitos estabelecidos pelas políticas reformistas da década de 1990, fato que se deu sob forte influência das orientações das políticas neoliberais.

Para Libâneo (2008), há duas vertentes para compreensão da gestão centrada na escola. A primeira se relaciona a um modelo de gestão pautado nas orientações de cunho neoliberal e visa transferir parte das responsabilidades do Estado para com a unidade escolar, transferindo-as à escola e à comunidade. A segunda vertente, denominada pelo autor de sociocrítica, concebe a gestão centrada na escola, valorizando as ações concretas dos profissionais que fazem a comunidade escolar em função do interesse público, sem desobrigar o Estado de suas responsabilidades. Contudo, alguns pesquisadores como Oliveira (2002) e Libâneo (2008) ressaltam que, em função do reordenamento do Estado sob a égide das diretrizes neoliberais, há uma prevalência da primeira vertente e, nesse sentido, as políticas públicas voltadas para a educação estão fundamentadas nos preceitos neoliberais de produtividade, eficiência e eficácia.

As mudanças na gestão visam tornar as escolas mais flexíveis e autônomas e estão fundamentadas na transferência de responsabilidades para a escola, para os profissionais da educação, no aumento da participação da comunidade escolar na sua gestão e

financiamento e na descentralização pedagógica, administrativa e financeira. Podemos observar tais mudanças ao analisar alguns artigos da atual LDB.

O artigo 12º, por exemplo, estabelece que os estabelecimentos de ensino terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica, administrar seu pessoal e recursos materiais e financeiros. O Art. 13º incumbe os docentes de participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino e colaborar com a articulação da escola com as famílias e comunidade. Em seu 14º Artigo a LDB institui a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico das escolas, bem como a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. Em seu Artigo 15º, assegura às unidades escolares públicas de Educação Básica graus progressivos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira.

A LDB 9.394/1996 estabelece o princípio da gestão democrática para as escolas públicas, em conformidade com a Constituição Federal, o que requer maior autonomia, descentralização e participação da comunidade na gestão das unidades escolares. Contudo, é preciso atentar para a presença cada vez mais evidente de concepções produtivistas de gestão escolar que, camuflando-se sob o manto da democratização, se desvelam em termos como eficiência, eficácia, gerenciamento.

Bruno (2005) chama a atenção para a gestão democrática do ensino público. Para a autora não se trata, necessariamente, de democratizá-lo, mas de incorporar às escolas os princípios de gestão do capital, importado das empresas privadas. Esta lógica tem o objetivo de tornar o processo pedagógico mais produtivo ou, simplesmente, menos oneroso. A autora complementa:

[...] o que está sendo pensado e implementado na rede pública são adequações às tendências gerais do capitalismo contemporâneo, com especial ênfase na reorganização das funções administrativas e da gestão da escola, assim como do processo de trabalho dos educadores, envolvidos com a formação das futuras gerações da classe trabalhadora, tendo em vista a redução de custos e de tempo (BRUNO, 2005, p. 41).

Ao modificar a gestão e a organização das escolas, tendo como eixo central maior descentralização e autonomia, o Estado transfere mais responsabilidade às instituições escolares, ao mesmo tempo em que reordena sua forma de controlar a educação. Ou seja, desta feita, o controle central passa a se efetivar por meio da indução mediante a distribuição de recursos financeiros e da avaliação dos resultados educacionais.

Em face do exposto, é importante atentar para o fato de que a descentralização não necessariamente será democrática. Contudo, os mecanismos de ação governamental que induzem a descentralização nem sempre são estimuladores de democratização, funcionando, muitas vezes, apenas como uma forma mais produtiva de controle do gasto público (CABRAL NETO, 2004).

A concepção da descentralização pode estar atrelada, também, à desconcentração,

embora haja grande diferença conceitual entre os dois termos. Resumidamente, o primeiro termo pode ser caracterizado como a distribuição de poder, de tomadas de decisão, enquanto o segundo está relacionado à distribuição de responsabilidades sobre decisões previamente tomadas por níveis hierárquicos superiores. Casassus esclarece com propriedade a distinção entre ambos os termos:

A desconcentração reflete processos cujo objetivo é assegurar a eficiência do poder central, enquanto que o outro, a descentralização, é um processo que procura assegurar a eficiência do poder local. Assim, desconcentração refletiria um movimento “de cima para baixo” e a descentralização um movimento “de baixo para cima” (CASASSUS, 1990, p. 17).

Nesse sentido, em algumas práticas consideradas democráticas não há, de fato, descentralização, mas sim, desconcentração, posto que muitas vezes as decisões que deveriam ser tomadas coletivamente pela comunidade escolar já são previamente determinadas pelas instâncias superiores. Assim, “[...] pessoas podem ser induzidas a pensar que estão participando quando, na verdade, estão sendo manipuladas por interesses de grupos, de facções partidárias, interesses pessoais” (LIBÂNEO, 2008, p. 144).

Gestão democrática implica autonomia da escola e ambas fazem parte da própria natureza do ato pedagógico. Por conta disso, a LDB, no art. 15, assegura que

os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos grau de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público. (LDB, art. 15, 1996).

Ao pesquisar sobre a participação popular na gestão escolar, Paro (2007) ressalta que a subversão do conceito de participação também ocorre nos conselhos escolares, órgãos colegiados de caráter deliberativo que requerem participação de representantes dos diversos segmentos que compõe a escola. Em seus estudos, o autor pôde concluir que, nas escolas analisadas, os Conselhos estavam inoperantes, mergulhados numa estrutura avessa à participação e ao exercício da cidadania. Nestes casos, a institucionalização de Conselhos Escolares pode existir por mera exigência legal, sem, contudo, contribuir efetivamente para o exercício do jogo democrático. Isto ocorre quando este órgão que tem poder deliberativo sobre as questões referentes ao cotidiano escolar assume uma postura passiva frente às questões levantadas e passa a atuar apenas para referendar decisões tomadas pela direção e/ou pelas secretarias de educação.

Paro ressalta ainda que, “[...] com relação às pessoas envolvidas no cotidiano escolar, parece que as políticas educacionais têm passado à margem da opinião, da vontade e da disposição daqueles de quem o ensino depende inquestionavelmente para ser realizado” (PARO, 2007, p. 28). Ou seja, apesar de toda a descentralização preconizada para o campo educacional e da importância dada à escola enquanto núcleo da gestão para a qual convergem as ações, o planejamento da educação ou a formulação das políticas

educacionais acontece em outras esferas de decisão, seja nas secretarias ou no Ministério da Educação, não tendo, pois, a efetiva participação de docentes nem da comunidade escolar em geral, o que acentua ainda mais a efetividade da autonomia escolar.

Entretanto, vale ressaltar que a autonomia da escola pressupõe outras dimensões que estão intimamente relacionadas ao exercício pleno da cidadania, como a ampliação do espaço público, a melhoria permanente do acesso à comida, habitação, saúde, vestuário, lazer e a consequente ampliação dos direitos sociais (CABRAL NETO, SOUSA, 2008). Dessa forma, os sujeitos que compõem a comunidade escolar podem se constituir em sujeitos autônomos com possibilidade de influir com propriedade nas decisões acerca da sua comunidade.

É necessário um envolvimento político daqueles que constituem a comunidade escolar, daqueles que a representam junto aos colegiados, com vistas à participação efetiva e à distribuição do poder, e não apenas para consentimento ou fiscalização, posto que apenas instituir o Conselho não é condição para que ele atinja seu objetivo de democratizar a gestão escolar.

A participação, sob o viés gerencial, se faz presente no contexto educacional no qual a gestão escolar passa a trilhar um percurso rumo à eficácia e eficiência, estando centrada em princípios ressignificados sob a lógica do mercado, tais como descentralização, racionalização e autonomia. Tais princípios justificam-se pela necessidade de se estabelecer a melhoria na qualidade do ensino público e expandir seu atendimento.

No modelo gerencial de administração escolar, podemos observar, então, uma ressignificação de conceitos, os quais têm seu sentido político modificado. Por conseguinte,

Autonomia é concebida como consentimento para construir, no setor público, uma cultura de empresa. A descentralização metamorfoseia-se na medida em que deixa de ser o mecanismo fundante da gestão democrática para se reconfigurar em um crescente processo de desconcentração de funções e de responsabilidades, e não do poder de decisão. A participação transforma-se em técnica de gestão que funciona, essencialmente como fator de coesão e consenso (CABRAL NETO, 2009, p. 201).

A participação, portanto, assume um caráter de regulação no instante em que a comunidade é impulsionada a controlar e regular as instituições escolares, ao mesmo tempo em que assume responsabilidades perante essas instituições. Torna-se, portanto, uma participação controlada, considerando que, por vezes, não há transferência da tomada de decisões nem de poder às instituições escolares, mas sim, apenas algumas competências e recursos, tendo estes últimos sua utilização previamente determinada.

Entendemos que se faz necessário maior reflexão sobre o que é, efetivamente, a participação, que não pode estar limitada apenas ao consentimento ou à presença. O real sentido da palavra participação precisa ser tema de discussão por parte das escolas de nosso país, de maneira que os processos decisórios e as ações gestoras suscitem transformações e promovam o envolvimento efetivo dos diferentes sujeitos na vida escolar,

de modo que se sintam sujeitos do processo.

Defendemos a participação da comunidade na gestão escolar, pois se esta “[...] não incluir a comunidade, corre o risco de instituir apenas mais um arranjo entre os funcionários do Estado, para atender a interesses que, por isso mesmo, dificilmente coincidirão com os da população usuária” (PARO, 2003, p 16).

Fundamentar a concepção de gestão escolar na concepção mercantil pode induzir a comunidade a buscar, por conta própria, a resolução de seus problemas, seja por meio de parcerias entre as instituições públicas e a iniciativa privada, seja de projetos sociais ou do trabalho voluntário. É necessário, portanto, compreender que participação, nesse contexto, significa assumir maior responsabilidade por algo que é dever do Estado.

Diante disso, constata-se que a responsabilização impulsionada pelas diretrizes do governo federal, sob a justificativa de tornar a gestão das escolas autônoma e democrática, não corresponde a um modelo de educação fundamentado em bases participativas e de cunho emancipatório. Sendo a educação a apropriação sistemática do saber socialmente produzido, ela necessita de uma organização que compreenda seus fins, não cabendo, no nosso entendimento, a adoção de técnicas empresariais mercadológicas na gestão das unidades escolares, de sorte que ignorem as especificidades da natureza do trabalho pedagógico.

Frente a essas considerações, concordamos com Melo (2004) quando afirma que o que está um curso na gestão das escolas brasileiras aproxima-se mais do termo gestão compartilhada do que gestão democrática. Segundo essa autora, o objetivo das políticas implementadas pelo governo é buscar aliados – seja na própria comunidade escolar, associações de bairro ou até nas parcerias com o setor privado – que estejam dispostos a salvar a escola pública sem, contudo, discutir a situação precária na qual se encontra a maioria das escolas, nem identificar os responsáveis e os determinantes desse quadro. Dessa forma, a gestão compartilhada entende a participação daqueles que trabalham ou estudam na escola ou daqueles que, sensibilizados, se apresentam como voluntários, e, assim, se aproxima mais do conceito de gerência do que de controle social.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreende-se, portanto, que mesmo congregando reivindicações dos trabalhadores em educação e dos movimentos sociais organizados, a gestão escolar “descentralizada e autônoma” ao incorporar conceitos da esfera empresarial, tem, na aparência, conteúdos consensuais, mas na prática se efetiva por meio de pressupostos autoritários. Ademais, sob o pretexto de conferir maior autonomia às escolas por meio de um modelo de gestão fundamentado na descentralização das ações, os órgãos centrais tendem, via de regra, a delegar às escolas muitas de suas rotinas administrativas. Como enfatiza Melo (2004, p. 244), hoje, em tempos de vigência do neoliberalismo, o tema

gestão está associado aos paradigmas que fundamentam as mudanças conservadoras na forma de pensar a sociedade e a gestão educacional. A estratégia usada tem até a aparência de novas políticas para melhorar a educação, mas a essência do discurso é facilmente desmistificada se questionarmos o seu caráter público e democratizante e a sua perspectiva de inclusão social.

Como se vê, o modelo de gestão escolar que se fundamenta em uma concepção mercantil de educação supõe ser democrático pelo simples fato de descentralizar responsabilidades e ações às escolas, mas com o poder de decisão centralizado nas esferas do governo.

É preciso, pois, ir além da aparência, para além do discurso da ‘qualidade empresarial’ e buscar uma escola pública verdadeiramente democrática, que tenha uma gestão marcada pela construção coletiva, fundamentada numa cultura de participação e democracia.

REFERÊNCIAS

BORON, Atílio A. **Estado, capitalismo e democracia na América Latina**. 2^a. Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2002.

BRUNO, Lucia E. N. B. **Gestão da Educação**: onde procurar o democrático?. In: Oliveira, D.A.; Rosar, M.F.F.. (Org.). Política e Gestão da Educação. 1^a ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002, v. I, p. 17-38.

CASASSUS, J. **Descentralização e desconcentração dos sistemas educacionais na América Latina**: Fundamentos e crítica. Cadernos de Pesquisa, ago. 1990, nº 74, p. 11-19.

FINLEY, Moses I. **Democracia antiga e moderna**. Rio de Janeiro: Graal. 1988.

HAMILTON, Alexander; MADISON, James; JAY, John. O federalista. In: WEFFORT, Francisco C. (Orgs). Federalista. **Coleção “Os Pensadores”**. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; ROSAR, M. F. F. (Org.). **Política e Gestão da Educação**. 1^a ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A gestão democrática da educação no contexto da reforma do estado. IN: FERREIRA, NauraSyriaCarapeto (Org.) **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos**. São Paulo: Cortez, 2006. p. 91-112.

PARO, Vitor Henrique. **Eleição de diretores**: a escola pública experimenta a democracia. Campinas: São Paulo: Xamã, 2003.

_____. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, 2005.

_____. **Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino**. São Paulo: Ática, 2007.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

SANTOS, Boaventura de Sousa; AVRITZER, Leonardo de. Para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Democratizar a democracia:** os caminhos da democracia participativa. 3^a. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

WOOD, Ellen M. **Democracia contra capitalismo:** a renovação do materialismo histórico. São Paulo:Boitempo, 2004.

WOOD, Ellen Meiksins. Estado, democracia e globalização. In: BÓRON, Atílio A.; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina (Org.) **A teoria marxista hoje:** problemas e perspectivas. Buenos Aires:Consejo Latino Americano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2006.

ÍNDICE REMISSIVO

C

Curriculum 9, 10, 15, 19, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 89, 92, 96, 97, 99

D

Democracy 9, 1, 2, 3, 4, 5, 10, 11

Desempenho Escolar 38

Desenvolvimento Social 76

Dignidade Humana 79

E

Educação Infantil 10, 16, 53, 54, 55, 56, 58, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 70, 71, 72, 73, 74, 76, 77, 78

Educação Integral 34, 93, 95, 96, 97, 98, 104, 105

Ensino-Aprendizagem 26, 55, 56, 63, 71, 73, 77, 88, 89, 91

Ensino Fundamental 13, 14, 15, 16, 17, 34, 38, 97

Ensino Médio 11, 14, 16, 17, 18, 34, 38, 79, 80, 81, 85, 88, 89, 94, 95, 97, 98, 99, 102, 103, 105, 106, 107, 113, 114, 115

Escola 2, 9, 11, 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 13, 16, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 34, 35, 37, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 51, 55, 65, 69, 74, 76, 77, 79, 80, 81, 82, 85, 87, 88, 89, 93, 94, 95, 97, 98, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 108, 113, 114, 115, 116, 117, 119

Escola de tempo integral 11, 93, 105

Escola Pública 2, 9, 4, 5, 9, 10, 42, 79, 82, 97, 119

Estado 9, 2, 3, 4, 5, 6, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 21, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 40, 41, 42, 64, 71, 77, 88, 97, 109, 111, 112, 116, 117

Estágio 87, 94, 115, 119

F

Formação de professores 11, 87

G

Gestão Democrática 1, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 23, 30

Gestão Escolar 10, 1, 2, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 22, 24, 26, 30, 101

J

Jogos e brincadeiras 10, 66, 68, 74, 75, 76, 77

L

Legislação educacional 10, 12

P

Papel do professor 46, 74

Parâmetros do mercado 32

Política Pública 97

Políticas Educacionais 2, 9, 7, 13, 16, 37

Práticas Educacionais 99

Práticas Pedagógicas 9, 10, 32, 53, 55, 62, 94

Q

Questões Sociais 9, 34

R

Reforma empresarial 10, 32, 34, 39, 40, 42

Resultados Educacionais 9, 10, 6, 21, 24, 26, 28, 29

Políticas educacionais e escola pública:

**Questões globais e desafios para
as redes de ensino locais**



🌐 www.atenaeditora.com.br

✉ contato@atenaeditora.com.br

⌚ [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)

📠 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atena
Editora
Ano 2021

Políticas educacionais e escola pública:

**Questões globais e desafios para
as redes de ensino locais**



🌐 www.atenaeditora.com.br

✉ contato@atenaeditora.com.br

⌚ [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)

📠 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atena
Editora
Ano 2021